

A UE, o Combate ao Terrorismo e a Promoção da Democracia no Médio Oriente: a Armadilha do Islão Político

Maria do Céu Pinto

Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho

O objectivo desta tese é analisar a relação entre a Europa e o chamado Islão político, mais concretamente os grupos que têm uma agenda política ou representam o Islão radical. Pretendo pôr em evidência as dificuldades e, nalguns casos, o embaraço da UE ao lidar com o fenómeno do Islão político em duas vertentes distintas da sua actuação: (1) o combate ao terrorismo e (2) a promoção da democracia no Médio Oriente.

1. O discurso europeu sobre o Islão político, quer no plano interno, quer na vertente externa, ainda não foi estruturado e permanece cheio de ambiguidades e de zonas de sombra. Após o 11 de Setembro, a UE desenvolveu um programa de contra-terrorismo, pondo em prática actividades de vária natureza, juntamente com uma campanha de prevenção para erradicar as causas do terrorismo. A UE diz que, no combate ao terrorismo o acento deve ser colocado no “ambiente facilitador”: as condições políticas, económicas e sociais que podem levar à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo. Ora, os atentados de Londres de 2005 vieram precisamente demonstrar que a ameaça terrorista passa agora sobretudo por jovens muçulmanos nascidos e criados na Europa. Este fenómeno torna o combate ao terrorismo mais difícil e delicado: ao intervir no seio das comunidades muçulmanas na Europa, corre-se o risco de aumentar a desconfiança, promovendo assim a alienação e a radicalização dos seus membros.

A UE tem adoptado um discurso cada vez mais politicamente correcto sobre o assunto de forma a não ferir as susceptibilidades dos muçulmanos. O termo “terrorismo islâmico”, correntemente usado, deverá ser substituído nos discursos dos funcionários pela expressão “terrorismo que invoca abusivamente o Islão”. Além disso, os documentos oficiais, afirmam repetidamente que o Islão enquanto religião não pode ser associado aos fenómenos terroristas. Contudo, esses mesmos documentos salientam a ameaça crescente do terrorismo islâmico, evidenciando assim o desenvolvimento de um processo de “securitização” do Islão, tanto a nível da estratégia interna, como na sua vertente externa.

O discurso europeu em relação ao Islão político tornou-se um tema tabu. Pretendo questionar se o esforço de retirar a questão terrorista do campo ideológico-religioso do Islão, poderá ter o efeito deletério de “branquear” o papel de agentes religiosos na radicalização e bloquear o debate imprescindível sobre o Islão e a modernidade. Além disso, poderá ter efeitos práticos na estratégia contra-terrorismo da UE, minando e diluindo a sua eficácia.

2. O segundo aspecto prende-se com o relacionamento da UE com os países árabes pertencentes à Parceria Euro-Mediterrânica ou Processo de Barcelona.

A UE defende que os parceiros do Sul devem ter uma postura pró-activa implementando uma série de reformas políticas e económicas e promovendo valores como a democracia, os Direitos do Homem, o Estado de Direito e a boa governação de forma a provocar, a longo prazo, mudanças sistémicas nas suas sociedades. Na realidade, a UE tem dificuldades em posicionar-se face ao papel dos islamistas enquanto força política e activos agentes sociais na maior parte dos países árabes. Embora advogue maior participação nas sociedades civis, a UE tem-se absterido de apoiar, por exemplo no âmbito dos programas MEDA e EIDHR, as forças islamistas mais moderadas. A retórica da democratização está presente no programa político da UE para o Mediterrâneo, mas o financiamento de iniciativas nessa área revela uma clara relutância por parte da UE de decidir qual a postura a adoptar em relação às ONG islamistas.

A UE não sabe onde marcar a linha divisória dentro do universo do Islão político. Hesita assim entre a necessidade de apoiar forças que podem renovar o panorama político do mundo árabe (mas que podem subverter a situação) e reconhecer o papel político e social dos movimentos islamistas.